



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ALFONSINA CIPRIANO AFONSO POMBOLO

**PERCEPÇÕES DE JOVENS ANGOLANOS SOBRE DESIGUALDADE
SOCIOECONÔMICA E DESEMPREGO EM CAZENGA, ANGOLA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

ALFONSINA CIPRIANO AFONSO POMBOLO

**PERCEPÇÕES DE JOVENS ANGOLANOS SOBRE DESIGUALDADE
SOCIOECONÔMICA E DESEMPREGO EM CAZENGA, ANGOLA**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

ALFONSINA CIPRIANO AFONSO POMBOLO

**PERCEPÇÕES DE JOVENS ANGOLANOS SOBRE DESIGUALDADE
SOCIOECONÔMICA E DESEMPREGO EM CAZENGA, ANGOLA**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em: 29/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros (Orientadora)

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Michele Cirne

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	6
2.1	GERAL	6
2.2	ESPECÍFICOS	7
3	JUSTIFICATIVA	7
4	REFERENCIAL TEÓRICO	10
5	METODOLOGIA	14
6	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país localizado na África Ocidental, com um território de 1.246.700 km². Após a promulgação da Lei n.º 14/24, lei que institucionaliza a nova divisão político-administrativa, Angola passou a ser composto por 21 províncias, tendo Luanda como sua capital. Entre os municípios que integram a capital, o Cazenga se destaca por sua elevada densidade populacional. Com área de 38,6 km², o município limita-se ao norte com Cacucaco, ao sul com Kilamba Kiaxi e Rangel, a leste com Viana e a oeste com Sambizanga. Subdivide-se em três comunas: Cazenga, Hoji Ya Henda e Tala Hady, organizadas localmente em bairros, sectores e quarteirões.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o censo de 2014 estimou a população angolana em 25,7 milhões de habitantes, concentrando-se majoritariamente em zonas urbanas. Luanda é uma província que abriga cerca de 6,9 milhões de pessoas. Entre os municípios que compõem Luanda, Cazenga se destaca por sua elevada densidade populacional. Com uma área de 38,6 km², Cazenga limita-se ao norte com Cacucaco, ao sul com Kilamba Kiaxi e Rangel, a leste com Viana e a oeste com Sambizanga. É subdividido em três comunas: Cazenga, Hoji Ya Henda e Tala Hady. No município de Cazenga, a comuna de mesmo nome possui 10,50 km² e abriga cerca de 429.770 habitantes; Hoji Ya Henda, com 9,30 km², conta com aproximadamente 27.126 habitantes; e Tala Hady, comuna sede, com 18,80 km², abriga uma população estimada em 211.591 pessoas.

Apesar do crescimento econômico observado após o fim da guerra civil em 2002, impulsionado pela exportação de petróleo e outros recursos naturais, Angola enfrenta profundas desigualdades sociais. Tais disparidades se refletem nos campos da educação, saúde, infraestrutura, emprego e habitação. Mesmo sendo o centro político e econômico do país, Luanda ainda apresenta periferias urbanas marcadas pela precariedade dos serviços públicos, como Cazenga. A desigualdade socioeconômica, nesse contexto, configura-se como um fenômeno estrutural, com impactos significativos sobre a vida cotidiana das populações vulneráveis.

A juventude constitui um segmento central nessa problemática. Com base em projeções do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas, a população angolana, em 2024, é estimada em 38,9 milhões de pessoas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2016), a população angolana é majoritariamente jovem, representando 75% do total da

população. Dados do INE indicam que, no primeiro trimestre de 2024, a taxa geral de desemprego atingiu 32,4%, sendo que 63,5% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados. No segundo semestre, o índice manteve-se elevado, alcançando 32,3%, o que representa cerca de 5,7 milhões de pessoas, com aumento de 9,1% no desemprego juvenil.

No município do Cazenga, os jovens enfrentam desafios complexos associados à desigualdade e ao desemprego. Embora haja pesquisas que abordem essas questões no contexto angolano (Ambrósio, 2014; Branco, 2021; Domingos, 2018; Mateus, 2016; Pintinho, 2023), são escassos os estudos que se debruçam sobre as percepções dos jovens de Cazenga, especialmente quanto ao papel do Estado no processo de reconstrução e desenvolvimento pós-guerra civil. Este projeto busca contribuir para essa lacuna, ao investigar como jovens angolanos oriundos do Cazenga percebem a desigualdade socioeconômica e como tais percepções impactam suas vivências e expectativas em relação ao mercado de trabalho.

A pesquisa será realizada com jovens de ambos os sexos, com idades entre 18 e 29 anos, provenientes das três comunas do município de Cazenga, mas atualmente residentes no Brasil, como estudantes da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A escolha se justifica pela relação de proximidade da pesquisadora com os participantes, o que favorece a criação de vínculos de confiança e aprofundamento nas narrativas, imprescindíveis à construção do material empírico.

Compreender como esses jovens percebem e vivenciam a desigualdade é fundamental para o delineamento de políticas públicas mais eficazes. Em contextos de marginalização como o de Cazenga, os jovens podem emergir como agentes de transformação, desde que sejam garantidas condições de acesso à educação, à formação profissional e ao emprego. Portanto, ao explorar suas percepções, este estudo pretende lançar luz sobre as múltiplas dimensões de sua experiência social, contribuindo para o debate acadêmico e político acerca da inclusão e do desenvolvimento sustentável em Angola.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Investigar como jovens angolanos originários do município de Cazenga, residentes no

Brasil, percebem a desigualdade socioeconômica em Cazenga, Angola, analisando como essas percepções influenciam suas experiências pessoais e expectativas em relação ao mercado de trabalho.

2.2 ESPECÍFICOS

- Levantar e analisar dados estatísticos e documentos oficiais que caracterizam o panorama socioeconômico do município de Cazenga, com ênfase nos indicadores de desigualdade e desemprego juvenil;
- Analisar as experiências dos jovens em relação à desigualdade socioeconômica em Cazenga, considerando fatores como moradia, acesso à educação, saúde e inserção laboral;
- Investigar como os jovens avaliam os efeitos da desigualdade socioeconômica em Cazenga em suas trajetórias e como isso molda suas expectativas educacionais e profissionais;
- Examinar as estratégias individuais e coletivas mencionadas pelos jovens para enfrentar ou minimizar os efeitos da desigualdade e do desemprego.

3 JUSTIFICATIVA

O município do Cazenga, localizado na Província de Luanda, em Angola, caracteriza-se por intensa atividade comercial informal, com presença marcante de mercados populares, vendedores ambulantes e pequenos armazéns. Essa dinâmica, no entanto, ocorre em meio a um cenário de ocupação urbana desordenada, deficiência de saneamento básico, ausência de infraestrutura adequada e precariedade nos serviços públicos essenciais, como saúde, educação e mobilidade urbana. Tais condições acentuam a vulnerabilidade das populações locais e revelam as desigualdades estruturais que atravessam o cotidiano dos seus habitantes. Cesaltina Abreu (2012, p. 97) argumenta que, em tempos de globalização dos sistemas econômicos, a pobreza ultrapassa a simples localização social pela renda, manifestando-se também na ausência de acesso a necessidades básicas, como educação, saúde, moradia digna, água potável, energia elétrica, cultura e lazer, fatores que limitam as oportunidades de trabalho.

Abordar a questão da desigualdade socioeconômica em Angola é fundamental, considerando sua história e os desafios econômicos, políticos e sociais vivenciados pelo país. Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontam que, entre 2009 e 2011, Angola apresentou baixos níveis de desenvolvimento humano, com oscilações significativas em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – de 0,564 em 2009 para 0,403 em 2010 e 0,486 em 2011 (PNUD, 2014). Esses dados refletem não apenas mudanças metodológicas, como fragilidades estruturais.

Áreas periféricas como Cazenga permanecem marcadas por exclusão territorial, com altos índices de pobreza multidimensional, precariedade nas condições de moradia e ausência de políticas públicas eficazes para a redução das desigualdades. Entre os impactos mais visíveis dessa realidade está o desemprego juvenil. Os jovens angolanos, particularmente os que residem nas periferias urbanas, enfrentam severas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. A falta de qualificação profissional, a baixa qualidade do ensino público e a informalidade do setor econômico são fatores que dificultam o rompimento do ciclo de pobreza. Em Cazenga, essa situação de exclusão se manifesta também com o aumento da violência, da insegurança e da desmobilização das juventudes.

Dados recentes indicam que grande parte da juventude está subempregada ou fora do circuito produtivo, o que compromete o desenvolvimento social e econômico do país. Segundo a Deutsche Welle, emissora internacional de rádio e televisão da Alemanha, 22% dos jovens em idade ativa estão desempregados, representando 83% do total de desempregados, dos quais 96% vivem em condições de vulnerabilidade econômica. O mesmo estudo mostrou que 85% dos jovens angolanos ocupam empregos de baixa qualidade, o que ameaça a estabilidade econômica e social futura do país.

Estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola revela que o setor informal predomina no mercado, representando 79,8% dos mais de 11,7 milhões de indivíduos em idade laboral que exercem as suas actividades económicas à margem do sistema formal (Angola, 2024). Desse universo, 88,5 por cento são mulheres e 70,7 por cento homens. E de acordo com o Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), há mais pessoas empregadas está entre os grupos etários de 35-44 anos e 45-54 anos. (Angola, 2024). E, quase metade das pessoas empregadas (47,5%) exercem atividades de agricultura, caça e pesca (IEA, 2014).

O alto índice de desemprego entre os jovens em Cazenga é um fator determinante para a frustração e o aumento da criminalidade na região, criando um ciclo de violência e

insegurança. Fatores como a falta de qualificação profissional, a escassez de oportunidades de trabalho e as condições econômicas adversas contribuem para a situação do desemprego. O aumento da violência e da insegurança afeta a qualidade de vida da comunidade, prejudicando o desenvolvimento social e econômico da região. A ausência de políticas eficazes para o enfrentamento do desemprego juvenil e da criminalidade agrava a situação, tornando essencial a implementação de programas de emprego e inclusão social.

Considerando que os estudos existentes sobre desigualdade em Angola tendem a priorizar dados estatísticos e análises macroeconômicas, como a de Domingos (2018), que aborda o mercado de trabalho em Angola, há uma carência de pesquisas que valorizem a voz dos jovens, especialmente aqueles em situação de mobilidade internacional. Diante deste cenário, torna-se fundamental escutar os próprios jovens sobre como vivenciam a desigualdade e o desemprego.

A presente pesquisa se propõe a investigar as percepções de jovens angolanos oriundos de Cazenga que, atualmente, residem no Brasil como estudantes universitários, especialmente na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Essa condição de mobilidade internacional oferece uma perspectiva singular: os sujeitos da pesquisa ocupam uma posição liminar entre dois contextos socioculturais distintos, o que potencializa reflexões críticas sobre sua realidade de origem. Valorizar suas narrativas contribui para uma compreensão mais sensível e situada dos efeitos da desigualdade e do desemprego na juventude angolana.

A intenção é contribuir para uma análise mais sensível às demandas da juventude, capaz de subsidiar futuras discussões acadêmicas e políticas públicas alinhadas às realidades locais. Portanto, investigar as percepções dos jovens de Cazenga sobre a desigualdade socioeconômica e o desemprego é de grande relevância para suprir a escassez de estudos direcionados a este público, ampliar a produção de conhecimento sobre juventude africana em contextos de desigualdade urbana e também subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes e focalizadas. Com isso, reafirma-se o papel central das juventudes como agentes de transformação social, cuja escuta qualificada é indispensável à construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa em Angola.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Edson Ronaldo Guarido Filho (2018) associa a desigualdade social à lógica da estratificação, apontando que tal fenômeno não se limita à renda, mas envolve também marcadores de gênero, raça, etnia e território. Essa abordagem permite compreender as múltiplas camadas que sustentam a marginalização de certos grupos, especialmente nas periferias urbanas. De acordo com Guarido Filho (2018), a desigualdade social está precisamente atrelada ou associada ao fenômeno da estratificação social por manifestar-se como arranjo hierárquico e desigual de posições, baseado em aspectos socialmente definidos como poder, propriedade ou prestígio. Para o autor, apesar do debate sobre desigualdade socioeconômica estar estritamente ligada à renda ou classe, é um assunto transversal que envolve debate sobre gênero, raça ou etnia.

Segundo Vignoli (2001, p. 2), a desigualdade social pode ser compreendida como a falta de acesso às oportunidades disponibilizadas pelo mercado, Estado ou sociedade, evidenciando diversos fatores que limitam a participação do indivíduo nas estruturas de oportunidades existentes. Concordando parcialmente com a definição de Vignoli, a desigualdade socioeconômica será entendida neste estudo como um fenômeno estrutural que resulta da distribuição desigual de recursos, poder e oportunidades dentro das sociedades. Com isso, a desigualdade é entendida menos uma questão de mera falta de acesso e mais como uma questão de concentração de poder e riqueza, sendo útil e funcional para os que dela se beneficiam. Salgado (2010) contribui ao definir a desigualdade social como um processo dinâmico que produz consequências concretas, como o desemprego, a violência e a pobreza, especialmente nas áreas periféricas urbanas. Ao dialogar com esses autores, pretende-se compreender como as juventudes elaboram sentidos sobre sua exclusão e suas possibilidades de transformação.

Com o conceito de capital cultural, Bourdieu (2007) nos oferece ferramentas para entender como a escolarização, os saberes valorizados socialmente e os hábitos culturais reproduzem desigualdades. Para a realidade de Cazenga, essa perspectiva é essencial para analisar como o acesso limitado à educação e à cultura impacta as trajetórias juvenis. Complementarmente, Amartya Sen (2010) destaca que o desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento econômico, mas pela ampliação das liberdades reais das pessoas. A falta de acesso à educação, ao trabalho digno e à participação política configura privações severas que limitam a realização do potencial humano – especialmente entre os jovens. Segundo

Sen (op. Cit.) a desigualdade socioeconômica pode ser definida como um fenômeno estruturado pela distribuição desigual de recursos e oportunidades, criando divisões profundas entre grupos sociais. Mais do que uma simples falta de acesso, trata-se de uma concentração deliberada de poder e riqueza, que beneficia alguns enquanto marginaliza outros.

A questão da desigualdade em Angola é o fenômeno histórico, que remonta séculos, fala-se precisamente de privilégios que alguns angolanos tinham em detrimento de outros. A desigualdade socioeconômica no contexto angolano leva-nos ao passado colonial, em que no processo do exercício do trabalho nas metrópoles, nos processos de exploração dos recursos naturais e de estruturação da economia, a riqueza dos postos de trabalhos muito bem remunerados e privilegiados concentrava-se nas mãos de pouca gente: os assimilados e um grupo pequeno de portugueses. As pessoas assimiladas tinham mais oportunidades em relação aquelas que não aceitavam ser assimiladas.

Segundo Washington Santos Nascimento (2016), os assimilados eram angolanos que, durante o regime colonial português em Angola (1926-1974), aproveitaram o Estatuto do Indigenato (1926-1961) e suas regulamentações para obter um reconhecimento jurídico de “civilizados”. Essa distinção legal criava uma hierarquia dentro da sociedade colonial, em que os assimilados ocupavam uma posição intermediária entre os colonizadores portugueses e os demais angolanos.

Os “novos assimilados” faziam parte de uma pequena elite letrada que atuava nas franjas do sistema colonial e das famílias crioulas, como burocratas do terceiro escalão da administração portuguesa, professores, gráficos, enfermeiros, contabilistas, pequenos comerciantes... Havia também uma maior presença de colonos brancos nas cidades, sobretudo Luanda, saltando de 78.826 brancos em toda Angola no censo populacional de 1950 para 172.529 na nova pesquisa feita no ano de 1960 [...] (Nascimento, 2016, p. 226-267)

O conflito interno em Angola contribui imensamente para que tal condição desigual persistisse, depois de 1975 ano que se proclamou a independência do país, surge a guerra civil que tornou ainda a situação mais agravada. A situação vivenciada naquela época, acabou destruindo e perpetuando um sistema econômico. Após a libertação e independência de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) adotou o modelo socialista de inspiração marxista. De acordo com Segunda Eduardo Tomás Tavares:

Após a independência de Angola, o MPLA, assumindo o socialismo marxista, impediu o próprio país de seguir economicamente a opção capitalista e a consequente relação com os países ocidentais, o que se constituiu em um paradoxo, pelo fato de a

economia do país ser suportar-se na dependência dos capitais internacionais, provenientes de países capitalista (Tavares, 2013, p. 27)

A desigualdade socioeconômica em Angola é um fenômeno profundamente enraizado na história do país, marcado pelo legado colonial e pela hierarquização social entre assimilados e não assimilados, que concentrou riqueza e oportunidades nas mãos de uma minoria. Após a independência em 1975, a guerra civil agravou ainda mais essas disparidades, destruindo estruturas econômicas e perpetuando um sistema excludente. Esses fatores históricos explicam, em grande parte, a persistência da desigualdade no país, que continua a refletir-se no acesso desigual a recursos, empregos e desenvolvimento social. Portanto, superar essa herança exige não apenas políticas econômicas, mas também uma reconciliação com o passado e a construção de instituições mais justas e inclusivas.

A história de Angola não favoreceu o seu desenvolvimento. O país viu-se confrontado, durante mais de três décadas, por conflitos militares que, em decorrência da sua ação destruidora, deixaram-no com uma complexa e difícil situação econômica e social. Cerca de 70% da população encontra-se em situação de pobreza e, dentre 177 países mencionados no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004. O relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 da Organização das Nações Unidas afirma que apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais de 1,3 bilhão de pessoas no mundo vivem em situação de pobreza multidimensional, e em Angola mais de 36,6% da população, vivem em situação de pobreza multidimensional (PNUD, 2014).

Após tantos anos de guerra, Angola alcançou a paz em 4 de Abril de 2002. Não obstante o crescimento verificado ao longo dos últimos 14 anos, a guerra, ao criar instabilidade política e militar, teve um impacto negativo na economia e prejudicou profundamente a população: destruiu praticamente todas as infraestruturas, as fábricas e gerou enormes dificuldades de emprego tanto no campo como nas cidades. “Com o aumento do êxodo rural verificado em todas as províncias a população concentrou-se sobretudo na capital, razão pela qual o Governo de Angola iniciou, no pós-guerra, um programa de políticas para combater a pobreza em Luanda” (Mateus, 2016, p. 2).

Em relação ao acesso às bases do poder social, este é traduzido pelos direitos de cidadania que todos os cidadãos devem ter salvaguardados, assim como a participação ativa na vida social e política do país. No caso angolano, verifica-se uma situação contraditória: por um lado, o Estado compromete-se constitucionalmente com o cumprimento da legalidade; por

outro, observa-se uma aceitação ou até incentivo ao desrespeito dessa mesma legalidade (Oliveira, 2012). No entanto, a partir desses dados é possível compreender o estado atual que o país se encontra, esses elementos explicam ou respondem as perguntas em torno dos porquês do alto nível de pobreza, o porquê do alto índice de desemprego no seio da juventude angolana, e o município de Cazenga se enquadra nessa perspectiva como um dos tantos municípios de Angola que enfrentam esse fenômeno.

Conforme aponta Matos (2023), apesar do crescimento econômico impulsionado pela exploração petrolífera, persistem elevados índices de pobreza e desigualdade, sobretudo nas regiões periféricas. Algumas dissertações, como a de Ambrósio (2014), analisa a forma como a integração econômica na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) repercute nas desigualdades regionais em Angola, destacando que, apesar do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2002, as disparidades inter-regionais permanecem acentuadas, agravadas por políticas econômicas assimétricas e por deficiências na infraestrutura.

Domingos (2018) investigou os efeitos psicossociais da estigmatização territorial sobre os jovens do Cazenga, evidenciando os impactos da marginalização social. Branco (2021) examinou o desemprego como elemento de frustração entre os jovens angolanos, com ênfase na correlação entre desemprego e criminalidade no referido município. Pintinho (2023), por sua vez, explorou as inter-relações entre analfabetismo, desemprego e exclusão social na população local, ressaltando o papel estratégico da educação e do emprego para a inclusão social. Complementarmente, Mateus (2016) analisou os determinantes da pobreza no Cazenga, aplicando critérios do Banco Mundial para avaliar situações de privação e desigualdade. Apesar dessas contribuições, verifica-se uma lacuna no que diz respeito à análise qualitativa das representações sociais juvenis sobre pobreza, desemprego e mobilidade social em contextos urbanos periféricos.

A juventude será abordada como uma categoria social que, embora numericamente expressiva em Angola, encontra-se exposta a múltiplos processos de exclusão. Castel (2008), ao analisar os mecanismos de desfiliação social, destaca como a ausência de vínculos institucionais estáveis – como escola, emprego e seguridade – empurra parcelas da população para a marginalidade. Essa abordagem será útil para compreender como os jovens de Cazenga experienciam o sentimento de não pertencimento e a precarização de seus projetos de vida. A realidade do mercado de trabalho angolano será analisada a partir de autores como Mateus

(2016), que investigou a pobreza e a privação em Cazenga com base nos critérios do Banco Mundial. Seus dados evidenciam a fragilidade da inserção econômica dos jovens em áreas periféricas, marcada pela informalidade e pela ausência de políticas públicas de geração de emprego. Relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco Mundial também serão mobilizados como fontes documentais para contextualizar a elevada taxa de desemprego juvenil em Angola. A prevalência do setor informal, associada à ausência de qualificação profissional e à desestruturação do sistema educacional, limita a possibilidade de mobilidade social dos jovens.

A análise dos três eixos temáticos – desigualdade socioeconômica, mercado de trabalho periférico e exclusão juvenil em Cazenga – revela um cenário profundamente interligado, marcado por heranças históricas, estruturas econômicas desiguais e políticas públicas insuficientes. A desigualdade em Angola, enraizada no colonialismo e agravada pela guerra civil e pelo modelo econômico rentista, manifesta-se de forma crítica nas periferias urbanas, onde a concentração de pobreza e a falta de oportunidades criam ciclos de marginalização. Em Cazenga, esses fatores se materializam em um mercado de trabalho precarizado, dominado pela informalidade e incapaz de absorver uma juventude que, apesar de majoritária, permanece à margem do desenvolvimento. A exclusão social dos jovens nesse contexto não é apenas um problema econômico, mas um fenômeno multidimensional que envolve acesso limitado à educação qualificada, serviços básicos e participação cidadã. A escuta dos jovens será interpretada à luz desses marcos conceituais, de modo a evidenciar não apenas os efeitos da exclusão, como as estratégias de enfrentamento, resistência e projeto de futuro que emergem das periferias urbanas.

5 METODOLOGIA

A pesquisa proposta adota uma abordagem qualitativa, adequada à compreensão aprofundada das percepções, experiências e expectativas dos jovens em relação à desigualdade socioeconômica no município de Cazenga, em Luanda, Angola. Inicialmente, será realizada uma revisão de literatura abrangendo livros, artigos acadêmicos e relatórios que tratam dos temas de desigualdade socioeconômica, juventude e contexto angolano, com ênfase no município de Cazenga. Para complementar, será feita a análise documental de relatórios do

Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) (<https://www.ine.gov.ao/>), com o objetivo de obter informações atualizadas sobre os principais indicadores socioeconômicos, contextualizando a realidade da população local.

Diante da impossibilidade de realização de trabalho de campo presencial em Cazenga, optou-se pela realização de entrevistas com jovens angolanos oriundos deste município que atualmente residem no Brasil. Essa estratégia prioriza a escuta atenta das narrativas juvenis sobre suas experiências diante da desigualdade socioeconômica.

A seleção dos participantes será feita por meio de amostragem por conveniência, utilizando redes de contato e indicações de estudantes angolanos. Serão considerados critérios de elegibilidade: jovens com idade entre 18 e 29 anos e vínculo com o município de Cazenga. O número mínimo esperado de entrevistados é de 15 pessoas.

As entrevistas serão realizadas presencialmente ou em plataformas digitais como Google Meet, Zoom ou WhatsApp, conforme a disponibilidade dos participantes. Será utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por perguntas abertas, que exploram as seguintes dimensões:

- Percepções sobre desigualdade socioeconômica;
- Experiências pessoais no contexto de Cazenga;
- Estratégias de enfrentamento à exclusão social;
- Expectativas e projetos de futuro.

Todos os participantes serão previamente informados sobre os objetivos do estudo, e seu consentimento livre e esclarecido será registrado, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados.

Para a organização e interpretação dos dados obtidos, será utilizada a técnica de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), com a categorização das informações em eixos analíticos que contemplem os seguintes temas: percepções sobre desigualdade, acesso a direitos, estratégias de enfrentamento e expectativas futuras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. Desigualdade socioeconômica e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 9, p. 93–111, 2012.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAZENGA. **Perfil do Município do Cazenga**: Província de Luanda. Luanda, 2011.

AMBRÓSIO, Heitor Simão Afonso. **Desenvolvimento económico, integração comercial e desigualdades regionais**: Angola no contexto da África Austral. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, 2014.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística – INE. **Censo**: Registo geral da população de Angola. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>. Acesso em: 11 maio 2025.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística – INE. **Indicadores de emprego e desemprego**: inquérito ao emprego em Angola, 2022. Luanda, 2022.

BRANCO, Nair Custodio dos Santos. **Índice de Desemprego como fator de frustração dos jovens angolanos**: uma análise sobre a criminalidade no município de Cazenga-Luanda (2010-2020) Redenção/Ce. Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab), 2021

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (org.). **Desigualdade e a questão social**. 3. ed. São Paulo: EDUCS, 2008

DEUTSCHE WELLE. Mais de um quinto dos jovens angolanos estão desempregados e ameaçam estabilidade. **DW**, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-um-quinto-dos-jovens-angolanos-est%C3%A3o-desempregados-e-amea%C3%A7am-estabilidade/a-64714603>. Acesso em: 16 maio 2025.

DOMINGOS, Ireclene António. **Estigmatização territorial**: consequências psicossociais na vida dos jovens do Cazenga Luanda – Angola. Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab), 2018.

GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. Desigualdade social, responsabilidade e responsividade da pesquisa. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 58, n. 5, set./out. 2018.

MANGANDA, Alexandre Sérgio. **Estudo sobre relação da renda e poupança e modelo estratégico de desenvolvimento socioeconômico de Angola**. 2019. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MATEUS, Marcelina Agostinho. **A pobreza, iniquidade e privação no município do Cazenga em Angola**: testando os critérios do Banco Mundial. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

MATOS, José Fernando. **O papel do Estado no Desenvolvimento pós-guerra civil (2002-2017)**. Universidade Federal da Bahia. 2023

NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 265-289, dez. 2016.

OLIVEIRA, Sílvia de. Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 1, p. 29-40, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Relatório de resultados da ONU em Angola em 2021**. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://angola.un.org/pt/180063-relatório-de-resultados-da-onu-em-angola-em-2021>. Acesso em: 30 out. 2023.

PINTINHO, Marcelino Cariço André. **Analfabetismo e desemprego como fatores de exclusão social: caso do município de Cazenga/Angola**. Paco e Littera, 2024.

PNUD, **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2014. Disponível em: [Angola - Índice de Desenvolvimento Humano 2014 | Countryeconomy.com](https://angola.un.org/pt/180063-relatório-de-resultados-da-onu-em-angola-em-2021). Acessado em 16 maio 2025.

RAFAEL, Frederico Meco Milonga; YOBA, Carlos Pedro Cláver; MANASSA, Manuel Fidel Sonhi. **Redução da desigualdade social: o papel do investimento privado em Angola**. Boa Vista/RR, 2023.

SALGADO, J. A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TAVARES, Segunda Eduardo Tomás. **Desenvolvimento socioeconómico de Angola: gargalos e oportunidades**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad demográfica en América Latina: ¿qué hay de nuevo? In: SEMINARIO VULNERABILIDAD, 2001, Santiago de Chile. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.